FLÁVIO TÔRRES Sociedade

flavio.torres.545 mrtorres.oestado@gmail.com

Porto Iracema das Artes. A semana começa com aula aberta de Danças Africanas Ancestrais, ministrada por Rubéns Lopes, na comemoração do Dia Internacional da Dança, às 10h30. À noite, tem o início de uma super oficina com o curador da exposição "Terra em Transe", Diógenes Moura. Na terça (30), tem sessão do Cena Cineclube com "Vidas Secas" (1963), dirigido por Nelson Pereira dos Santos, e debate com a professora Suene Honorato. Na mesma noite, Com Figura - Sessão de desenho com modelo vivo e lançamento do livro "De onde nascem as flores". Na quinta (2), o lançamento da convocatória do Festival de Fotografia do Sertão Central, o QXAS, além de grupo de estudos em Dramaturgia e, na sexta-feira (3), mais uma aula aberta com a professora Carolina Vieira no Apreciação Cênica. Sem falar nas exposições Gesto Tempo e Ouse Se Quiser, que continuam abertas à visitação.

Um pouco de muita gente

Um grupo de ex-bandeirantes esteve reunido, no Círculo Militar de Fortaleza, para elaborar uma festa para comemorar o centenário das Bandeirantes (quem não lembra).

Por lá, Vera Freitas, Vânia Melo, Lúcia Medeiros, Elzenir Fernandes, Elenita Leitão e Lêda Maria Leitão que é filha da saudosa Doris Holanda, que foi bandeirante, funcionária da UFC e foi rádio-atriz da Rádio Dragão do Mar (elenco que o Ceará aplaude). Foi uma reunião agradável com muitas recordações.

O consórcio "Euros" esteve reunido, em almoço no Ideal, no sábado, para troca de figurinhas. No cenário, Vera e Marcelo Kleijn; Vicente Alencar e Margarida; Elzenir Fernandes, Romeu Prado e Maria do Carmo Loureiro.

A estimada amiga Karina Sampaio reuniu as integrantes do grupo Acad para jantar no salão de festas do prédio onde mora. O tema da reunião foi "Gratidão".

Entre as que compareceram, Tânzia Wichmman, Fátima Sanford, Fernanda Aguiar, Bel Arruda, Miriam Almada, Mires Dantas, Rosa Vidal, Lenie Saboya, Elza Moreira, Fátima Duarte, e a "mammy" da anfitriã, Aldenita Carvalho, com Ana Maria e Norah Carvalho e Raquel Sampaio. Foi uma reunião com lindas palestras sobre o tema da reunião.

A presidente do Sindjorce e segunda tesoureira da Fenaj, Samira de Castro, garimpa apoio do Sebrae-CE para uma iniciativa inovadora: a Cooperativa dos Jornalistas do Estado. Reunião com este propósito aconteceu na última terça-feira (23), com a participação de Glauber Uchoa, coordenador Estadual de Startups e Economia Criativa do Sebrae-CE, e com a associada Julyta Albuquerque. O objetivo é que o Sebrae-CE, atendendo a uma solicitação institucional do Sindjorce, disponibilize um técnico para auxiliar os profissionais na construção de um plano de negócios

Rapidíssimas

Romeu Prado, que passou alguns dias em sua casa, no Morro Branco, comemorou lá, dia 21, o aniversário da sobrinha, Ezilene Limaverde, que recebeu o carinho dos filhos, noras e netos.

◆◆◆

Tim-tim, hoje, para Danielle Gomes, Gilda Carvalho, Gorete Arruda, Raimundo Philomeno, Ricardo Caminha e Valmam Miranda.

◆◆◆

Prestigiaram o almoço de lançamento do livro de José Livino Pinheiro Lopes, no Golf Ville, Newman e Walter Valente, Irena Delne e Edson Lopes.

◆◆◆

Com almoço no Dallas, brindando a nova idade de Crizeuda Rocha, organizado por Zeneida Rangel, as presenças de Regina Koblitz, Liliane Albuquerque, Gabriela de Castro e Lenilza Campos.

◆◆◆

Associação Cultural dos Radiouvintes do Ceará (Aouvir) tem reunião programada para às 9 horas e 30 minutos de sábado, também na Casa de Juvenal Galeno (centenariana em setembro vindouro). A presidente Verônica Fontenelle informa que, com chuva ou sem chuva a reunião ocorrerá. Valeria Fontenelle também presente.

◆◆◆

O blog do médico e escritor Francisco José Costa Eleutério continua nos trazendo crônicas de altíssimo nível.

E mais...

Só Deus para proteger os cearenses dos desastres nas nossas estradas!

A próxima reunião da Terça-Feira em Prosa e Verso acontecerá dia 14 de maio, entre 9h30 e 11h30, na Academia Cearense de Letras. Agende a sua participação desde agora.

É ridícula a situação da BR-116, no Ceará. Os buracos são tantos que a Polícia Rodoviária Federal, que trabalha com imensas dificuldades, colocou cones junto aos buracos, para orientar os motoristas amadores e profissionais. O Ceará é um estado onde, pelo menos, 70 por cento de suas estradas estaduais e federas estão em precária situação.

O governo brasileiro que encerrou suas atividades dos últimos 18 anos, em 31 de dezembro próximo passado, com Lula da Silva, Dilma Russef e Michel Temer (ufffaaa!), muitos prejuízos causaram ao Brasil e nada resolveu depois da tragédia da cidade de Mariana (MG). Muita gente esquece isso!

agenda

Beach Park confirma atrações do São João da Vila Azul do Mar

Durante todo o mês de junho, quem for à Vila Azul do Mar nos fins de semana vai entrar no clima do São João. É que, do dia 1º ao dia 30, aos sábados e domingos, haverá uma programação variada e especial promovida pelo Beach Park para toda a família para celebrar o período junino. Com apresentação de quadrilhas, quermesse com comidas típicas, o São João da Vila terá shows dos forrozeiros Waldonys e Chambinho do Acordeon, que se apresentarão nos dias 8 e 15 de junho, respectivamente.

Palestra gratuita sobre alegria na IBC Amor com Munguba Jr

O Reverendo Munguba Jr realiza no dia 30 deste mês, a partir das 19h30, uma palestra gratuita da Série "12 Chaves para o Extraordinário", na Igreja Batista Comunidade do Amor (IBC Amor). O tema da quinta chave do ano será: "A força da alegria". Nas quatro primeiras chaves do ano, aproximadamente 6 mil pessoas estiveram presentes. O evento é gratuito e as inscrições podem ser feitas através do site: www.ibcamor.com

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

CNPJ/MF nº 14.080.223/0001-10

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	48	229
Depósitos vinculados	7	319	386
Contas a receber	5	1.218	1.255
Impostos a recuperar		93	120
Despesas antecipadas	6	101	1.270
Outros ativos		98	39
Total do ativo circulante		**1.877**	**3.299**
Despesas antecipadas	6	-	491
Depósitos vinculados	7	8.308	8.539
Imobilizado	8	113.298	119.161
Total do ativo não circulante		**121.606**	**128.191**
Total do ativo		**123.483**	**131.490**
Passivo	**Nota**	**2018**	**2017**
Fornecedores a pagar		643	554
Empréstimos e financiamentos	9	2.905	2.780
Debêntures	9	1.258	1.258
Encargos tributários e trabalhistas		341	393
Prov.p/ressarcimento de energia	10	2.140	1.030
Fianças a pagar	11	-	1.096
Outras contas a pagar		1	2
Total do passivo circulante		**7.288**	**7.113**
Dividendos a pagar	19	55	55
Fianças a pagar	11	-	484
Debêntures	9	12.743	12.112
Empréstimos e financiamentos	9	33.649	34.979
Provisão para desmobilização	12	1.482	1.457
Outras contas a pagar		8	12
Total do passivo não circulante		**47.937**	**49.099**
Patrimônio líquido	13		
Capital social		80.212	80.212
Prejuízos acumulados		(11.954)	(4.934)
Total do patrimônio líquido		**68.258**	**75.278**
Total do passivo e patrimônio líquido		**123.483**	**131.490**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita líq.de vendas	14	11.896	13.090
Custo das vendas	15	(11.872)	(10.473)
Lucro bruto		**24**	**2.617**
Despesas gerais e administrativas	16	(1.154)	(1.227)
Resultado antes das receitas financeiras, líquidas e impostos		**(1.130)**	**1.390**
Receitas financeiras	17	557	725
Despesas financeiras	17	(6.447)	(6.864)
Resultado financeiro, líquido	17	**(5.890)**	**(6.139)**
Resultado antes dos impostos	18	**(7.020)**	**(4.749)**
I.R. e contribuição social - Diferidos	18	-	(362)
Prejuízo do exercício		**(7.020)**	**(5.111)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(7.020)	(5.111)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(7.020)**	**(5.111)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do I.R. e da contribuição social	(7.020)	(4.749)
Ajustes para:		
Depreciação	5.892	5.848
Rendimento de aplicação financeira	(540)	(720)
Juros provisionados	5.192	4.995
Baixa de imobilizado	123	-
Provisão para ressarcimento de energia	1.110	1.257
	4.757	6.631
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	37	(36)
Despesas antecipadas	1.660	(918)
Outros ativos	(32)	55
Fornecedores a pagar	89	(2.718)
Fianças a pagar	(1.580)	1.006
Outras obrigações	(32)	(213)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	4.899	3.807
Pag. de juros de empréstimos e financiamentos	(3.098)	(3.047)
Pagamento de juros de debêntures	(1.271)	(1.246)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	530	(486)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Depósito vinculado	838	(2.227)
Aquisição de imobilizado	(152)	(84)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	686	(2.311)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Reversão custos de captação	-	(263)
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	105	4.003
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(1.502)	(1.372)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.397)	2.368
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(181)**	**(429)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	229	658
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48	229
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(181)**	**(429)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva de Lucro			
Saldos em 1º/01/2017	**80.212**	**11**	**166**	**-**	**80.389**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.111)	(5.111)
Compensação c/prejs.acumulados	-	(11)	(166)	177	-
Saldos em 31/12/2017	**80.212**	**-**	**-**	**(4.934)**	**75.278**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.020)	(7.020)
Saldos em 31/12/2018	**80.212**	**-**	**-**	**(11.954)**	**68.258**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional - A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. ("BVS" ou "Companhia), sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, CE, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina-CE, constituída em 12 de julho de 2011, tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a Central Geradora Eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da Central Geradora Eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados à essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I. A Central Geradora Eólica Malhadinha I, propriedade da Companhia, vendeu 12 MW (Não auditado) no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 18 de agosto de 2017, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL. A Companhia é uma *join venture* controlada pelos acionistas Darby Servtec Energia – Fundo de Investimentos em Participações. e a Brave Winds Geradora II S.A., cada um com 50% do capital social da Companhia. Em dezembro de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de aptidão para operar em face do atraso no sistema de transmissão de responsabilidade da concessionária CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que possui a concessão dos direitos de transmissão. Em 6 de fevereiro de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a liberação da Companhia como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014. Em 21 de setembro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.527, liberando as unidades geradoras da BVS para início das operações em fase de teste a partir de 22 de setembro de 2016. Em 19 de outubro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.793, autorizando o início das operações de geração a partir de 20 de outubro de 2016. Desde esta data, a Companhia está disponibilizando sua energia produzida. **1.1 Capital circulante líquido negativo -** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R$ 5.411 (em 31 dezembro de 2017, R$ 3.814). Conforme estimativas da Administração, esse capital circulante líquido negativo será normalmente revertido com a geração futura de caixa pela Companhia, decorrente de sua própria atividade. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o saldo de R$ 8.308 (em 31 de dezembro de 2017, R$ 8.539) em depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme apresentado na Nota 7, cujo saldo é superior ao capital circulante líquido negativo apresentado. **1.2 Resolução normativa -** A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, com potência instalada de 23,1 MW/h (Não auditado). O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de 16 de abril de 2012	16 de abril de 2012

1.3 Contrato de Energia de Reserva (CER) - O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade Wh/ano	Preço R$/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final da operação comercial
EOL Malhadinha I	105,1	98,95	Jul/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitando o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011. O contrato de venda de energia, mencionado anteriormente, contempla o recebimento da receita em parcela fixa mensal e, ao final de cada exercício de suprimento, uma parcela variável, conforme o volume de energia disponibilizado. **1.4 Outros aspectos relevantes - *REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura*** - Com relação aos tributos de competência Federal, o Projeto estava enquadrado no REIDI (Lei nº 11.488/07), isentando o PIS-Importação e a COFINS-Importação nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura, e seus fornecedores nacionais de PIS e COFINS sobre as receitas de suas respectivas operações de venda ao projeto. Em 18 de julho de 2017 através do Processo nº 10380.725.278/2017, foi solicitado o cancelamento da habilitação e a co-habilitação do benefício, haja vista o encerramento das obras de implantação do parque. A revogação foi declarada no Ato Declaratório nº 36, de 21 de julho 2017. ***Regime Especial de Tributação*** - Em 4 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o Ato Declaratório Executivo nº 123 de 3 de dezembro de 2014, reconhecendo a opção da Companhia pelo regime especial de tributação relativamente à contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS. ***Licença ambiental e autorizações*** - Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque. Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará ("SEMACE") emitiu as licenças de operação do parque (nº.314/2014) e da linha de transmissão (nº.310/2014) com validade até novembro de 2018, cujo processo de renovação já foi concluído com as novas licenças de operação do parque (nº.714/2018) e da linha de transmissão (nº.693/2018) com validade até dezembro de 2022. **1.5 Administração -** A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração é composto por quatro membros efetivos e igual número de suplentes indicados por ambos os acionistas. **2 Base de preparação - a. Declaração de conformidade -** As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação -** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 21 -** arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional. **Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 8 -** critérios para definição de vida útil do imobilizado: **Nota 12 -** reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; **Nota 10 e 14** – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução; e, **d. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **3. Principais políticas contábeis -** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis -** A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido ao método de transição escolhido pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas. **(a) CPC 47 Receita de contrato com cliente -** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Companhia adotou o CPC 47 com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados às informações comparativas. **(b) CPC 48 - Instrumentos financeiros -** O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. **(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros -** O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros. A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Ativos e passivos conforme o balanço patrimonial	CPC 38	CPC 48	Saldos em 01/01/2018
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.255
Caixas e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	229
Depósitos vinculados	Designado a VJR	Obrigatoriamente a VJR	8.925
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	554
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	37.759
Debêntures	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	13.370
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	55

(ii) Transição - A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48, mas sim do CPC 38. As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial. - A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido. - A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR. Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48, então, a Companhia pressupôs que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **3.2 Receita operacional -** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, cuja receita operacional de comercialização de energia elétrica é reconhecida quando o cliente obtém o controle da referida energia. Não houve impacto quanto a forma de reconhecimento em exercícios anteriores **3.3 Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente -*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido -*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.5 Imobilizado - (i) *Reconhecimento e mensuração -*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) *Depreciação -*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. **(iii) *Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(iv) *Provisão para desmobilização -*** A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo do arrendamento do parque eólico. **3.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*) - (i) Ativos financeiros não derivativos - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 - Instrumentos financeiros -** Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas -** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação -** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do emissor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial -** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa -** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018 - Ativos financeiros não derivativos -** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidências objetivas de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía: - inadimplência ou atrasos do devedor; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; - mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - dados observáveis, indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos não-financeiros -** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações financeiras, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.7 Financiamentos e empréstimos -** As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 20 - Custos de Empréstimos, considerando os seguintes critérios para capitalização: a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização; b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização, ou, para aqueles ativos nos quais tenham obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos; c)